

Entidades denunciam abuso contra crianças em território indígena



Entidades indígenas lançam campanha contra os abusos sexuais em menores

Por Martha Imenes

A violência contra os povos originários no Brasil parece sem fim. Não bastasse a ação de grileiros, que invadem aldeias fortemente armados e matam os verdadeiros donos da terra, outro crime surge: o abuso sexual de crianças. Documentos e relatos a que o Correio da Manhã teve acesso mostram a acusação contra um indígena que teria abusado sexualmente de crianças em uma aldeia Pataxó, no município de Pau Brasil, na Bahia.

A denúncia foi feita pela própria vítima, hoje com dez anos de idade. Os ataques ocorriam há cinco anos, a menina conta que não falou antes para a mãe porque não tinha como se defender, mas que agora “já é grande” e pode enfrentar o avó paterno. O registro de ocorrência foi feito na delegacia territorial da região.

O caso de violência foi denunciado a duas entidades que representam os povos originários, a União Nacional Indígena (UNI) e a Confederação dos Povos Originários das Américas (Copoa) que, juntas, emitiram uma nota de repúdio e iniciaram uma campanha contra esse tipo de violência e informaram que será criado um canal de denúncia e acolhimento às vítimas de abuso em ter-

Caso ocorreu no município de Pau Brasil, na Bahia. UNI e Copoa lançam campanha contra esse tipo de violência e vão abrir canal para denúncias

ritório indígena. Procurada, a Funai não se manifestou até o fechamento da edição.

“O caso de Pau Brasil é um grito que precisa ecoar nas florestas, nas aldeias, nos centros urbanos e nas cúpulas do poder. Não aceitaremos mais que a dor das nossas crianças seja abafada por hierarquias, vaidades ou pactos de silêncio. O agressor deve ser responsabilizado exemplarmente. E todos os que sabiam

e se calaram, também devem responder diante de nossa justiça e da justiça dos homens”, diz a nota conjunta.

Segundo a mãe da criança, ACF, de 24 anos, o silêncio da menina TCJ, de 10 anos, foi motivado pelo medo: a menina sofria ameaça de morte (dela e da família) caso contasse para alguém a violência rotineira sofrida. A menina passou por exame de corpo de delito em Itabuna, também na Bahia.

O indígena acusado dos abusos, Francisco Pataxó da Silva, conhecido como Tico, 60 anos, tem 9 filhos e cerca de 30 netos. Após a denúncia inicial, outras quatro pessoas desse núcleo revelaram que também eram vítimas de Tico.

Apesar da denúncia das entidades e do registro de ocorrência, o Tico permanece solto.

Conforme as entidades, “este crime hediondo e inaceitável não é isolado. Ele expõe feridas profundas e urgentes do tecido social indígena, que por séculos enfrentou genocídio, etnocídio, apagamento, miséria e racismo. Porém, nenhuma opressão histórica pode justificar ou relativizar a violência sexual contra nossas crianças. Muito menos pode permitir que tradições ou práticas distorcidas sejam usadas como escudo para abusos cometidos dentro de nossos próprios territórios”.

Segundo a nota emitida, a expressão “foi só uma brincadeira” não será aceita

para encobrir crimes sexuais, estupro e abusos de poder contra os menores. “Toda e qualquer forma de violência sexual, sobretudo contra crianças, será tratada como violação gravíssima contra os direitos humanos, os direitos dos povos originários e a dignidade de nossas nações”, pontuam.

A UNI e a Copoa convocam lideranças indígenas, organizações, mães, filhas, avós, anciãs, guerreiras e guerreiros dos povos originários a assumirem um compromisso: não mais permitir, jamais relativizar, nunca mais silenciar.

“Nossas crianças são sagradas. Quem violenta uma criança indígena, rompe com o sagrado e deve ser excluído de qualquer espaço de honra”, afirma a nota.

Outras ações serão implementadas nas aldeias para conscientizar e coibir a prática do abuso e do silêncio. Confira:

TOLERÂNCIA ZERO PARA ABUSOS SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E MULHERES INDÍGENAS

Todo caso comprovado será imediatamente denunciado às autoridades indígenas dos territórios e o autor será punido por seus atos, tolerância zero.

CRIMES SEXUAIS NÃO SÃO CULTURA

Nenhuma tradição será aceita

como justificativa para práticas de abuso. O respeito à cultura ancestral não pode ser confundido com convivência com a violência. A cultura indígena é de vida, de proteção, de respeito. Tudo que fere, viola ou traumatiza nossas crianças é antitradicional e anticultural.

REDE DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA INDÍGENA

Será criada, a partir desta data, uma rede continental de monitoramento e denúncia de abusos nos territórios indígenas, composta por mulheres, mães, pajés, professores, lideranças jovens e anciãs, que terão autonomia e apoio jurídico, psicológico e político para acolher denúncias e exigir providências imediatas.

FIM DA IMPUNIDADE DENTRO DOS POVOS

Não aceitaremos mais omissões, silêncios cúmplices ou relativizações de lideranças frente a casos de violência sexual. O tempo da omissão acabou. Quem silencia frente a um abuso, também comete abuso.

ESCUTAR, ACOLHER, PROTEGER

Nossa prioridade é escutar e proteger nossas crianças, não proteger os agressores. O futuro dos nossos povos depende do bem-estar físico, espiritual e emocional de nossas crianças.

Ação violenta de grileiros e latifundiários em aldeias de Barra Velha, no sul da Bahia

Por Martha Imenes

O Brasil assistiu a mais um capítulo trágico de sua história de violência contra os povos originários: no final de março, aldeias localizadas no território indígena de Barra Velha, em Prado, no sul da Bahia, foram palco de um ataque brutal conduzido não apenas por forças policiais, mas também por jagunços armados sob a coordenação direta de fazendeiros e grileiros, denunciaram a União Nacional Indígena (UNI) e Confederação dos Povos Originários das Américas (Copoa).

“A cena protagonizada por policiais e pistoleiros evidencia uma realidade sombria: o aparato de segurança pública, que deveria proteger os cidadãos e garantir a lei, foi transformado em um

instrumento de opressão contra os povos indígenas”, avaliam as entidades.

Relatos de sobreviventes e vídeos gravados pela comunidade Pataxó mostram um ataque coordenado e violento. Policiais civis, militares e da Coordenação de Recursos Especiais (Core) invadiram as aldeias com mais de 20 viaturas e apoio de helicópteros, disparando balas de borracha e aterrorizando os moradores.

O saldo foi de vários feridos e o desaparecimento de três crianças, que posteriormente foram encontradas na mata, apavoradas e desamparadas. As imagens também revelam uma cena estupefacente: um pistoleiro mascarado dando ordens a policiais, que, em vez de reprimir a invasão ilegal do território indígena, aliam-se



Divulgação

Indígenas protestam na BR em Prado após ação na aldeia

aos grileiros e latifundiários da região.

De acordo com as entidades, reuniões entre fazendeiros e autoridades municipais têm gerado preocupação e revolta entre os indígenas e entidades

de direitos humanos. No dia anterior ao ataque, em 19 de março, o secretário de Segurança Pública da Bahia, Marcelo Werner, participou de um encontro em Teixeira de Freitas com latifundiá-

rios da região. Poucas horas depois, a força policial foi mobilizada para executar uma ação violenta contra a comunidade indígena.

O assassinato do jovem Pataxó Vitor Braz, ocorrido na mesma região no dia 11 de março – segundo as entidades – é mais um exemplo da escalada da violência contra os indígenas. “Enquanto isso, as terras da comunidade aguardam a regularização fundiária pelo Ministério da Justiça, processo fundamental para garantir a segurança e autonomia dos povos Pataxó e Tupinambá. No entanto, a demora na demarcação tem servido como incentivo para que grileiros e fazendeiros intensifiquem suas invasões e ataques”, avaliam as entidades.